



ST19

ESCRAVIDÃO, LIBERDADE, RELIGIOSIDADES E DINÂMICAS DE MISTIÇAGENS

Coordenadores:
Igor da Silva Nunes
Letícia Maia Dias
Eduardo Julião Teixeira Santos
Antônio Gabriel Ferreira e Barros

XIII

EPHIX

UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

O culto a Nossa Senhora do Amparo e as experiências de trabalhadores negros no contexto fabril de Valença-Bahia (1859-1889).

Paulo Vitor Souza da Luz

Doutorando em História

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de

Financiamento 001

pvsuluz.ppghis@ufrj.br

Resumo: Este trabalho analisa experiências de operários negros no contexto fabril da cidade de Valença, Bahia, entre 1859 e 1889, a partir do culto a Nossa Senhora do Amparo, compreendido como prática devocional, espaço de sociabilidade e forma de associativismo. A discussão parte do diálogo com uma historiografia voltada aos contextos históricos de Valença durante o século XIX, entre eles a atuação da região como porto para o tráfico ilegal de africanos, a economia de abastecimento baseada na produção de gêneros agrícolas, a escravidão em seus contextos de mudanças políticas e sociais, a instalação e o funcionamento das fábricas têxteis da cidade e as relações de trabalho nelas constituídas. Nesse cenário, argumenta-se que o culto a Nossa Senhora do Amparo adquiriu novos sentidos no contexto têxtil valenciano, sendo atravessado por diferentes apropriações e ressignificações. Desse modo, o culto é analisado como uma linguagem por meio da qual trabalhadores negros produziram experiências próprias a partir da segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: Trabalho fabril; Religiosidades; Valença-Bahia.

Considerações iniciais

O “surto de industrialização” têxtil na cidade de Valença, nos termos da leitura de Oliveira (1985), não pode ser compreendido como experiência dissociada das relações escravistas que estruturaram a sociedade brasileira no século XIX. Situada na Bahia e historicamente articulada ao Litoral Sul e ao Recôncavo Sul da província, Valença integrou circuitos econômicos, sociais e políticos atravessados pela escravidão, pelo tráfico ilegal de africanos, pela circulação de capitais escravistas e por formas heterogêneas de exploração do trabalho. A historiografia recente tem demonstrado que a formação desse núcleo têxtil esteve articulada ao tráfico ilegal de africanos, à economia de abastecimento, às dinâmicas escravistas e à constituição de formas de trabalho nas quais liberdade, tutela e coerção se combinavam de maneira instável. Essas produções têm contribuído para problematizar a construção memorialística da cidade como

experiência exemplar de pioneirismo industrial, evidenciando que a modernização técnica das fábricas coexistiu com as engrenagens do sistema escravista. Partindo desse debate, este trabalho propõe uma reflexão sobre outro aspecto desse mesmo processo: os modos pelos quais práticas religiosas, especialmente o culto a Nossa Senhora do Amparo, atravessaram o mundo têxtil valenciano e participaram da produção de sentidos socioculturais no cotidiano fabril.

Este trabalho constitui um recorte temático de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento e, por isso, não pretende esgotar as discussões sobre o universo têxtil de Valença, a escravidão na região ou a história do culto a Nossa Senhora do Amparo. Seu objetivo é apresentar reflexões preliminares sobre as formas pelas quais a emergência do mundo fabril não apenas remodelou as experiências sociais em Valença, mas também os modos de atribuição de sentido ao culto a Nossa Senhora do Amparo na cidade, na segunda metade do século XIX.

O recorte temporal, situado entre 1859 e 1889, responde a uma escolha analítica. O ano de 1859 corresponde à fundação da fábrica Nossa Senhora do Amparo, marco a partir do qual uma devoção já existente na cidade passou a ser reinscrita em novas circunstâncias sociais, associadas à expansão do trabalho têxtil. Por volta de 1889, a fábrica Nossa Senhora do Amparo foi fundida à fábrica Todos os Santos, fundada em 1844, por meio da constituição de uma sociedade anônima, passando ambas as unidades a integrar a Companhia Valença Industrial (CVI). Posteriormente, as instalações da Todos os Santos foram desativadas, enquanto as atividades da Companhia permaneceram concentradas nas dependências da antiga fábrica Nossa Senhora do Amparo.

Esses marcos não indicam o início nem o encerramento da experiência religiosa em torno de Nossa Senhora do Amparo. Antes, funcionam como balizas analíticas para circunscrever o momento em que a devoção, já presente na cidade, passou a ser reconfigurada pelas dinâmicas do trabalho têxtil ainda no contexto imperial. A escolha de 1889 como limite não supõe a perda de centralidade do culto, cuja presença se ampliaria sob novos contornos ao longo do século XX, mas decorre da necessidade de delimitar a análise antes das transformações institucionais e políticas abertas pela reorganização fabril e pela instauração do regime republicano.

A questão deste trabalho consiste em situar o culto a Nossa Senhora do Amparo no cotidiano de sujeitos submetidos a diferentes condições jurídicas de exploração do trabalho no contexto fabril de Valença. Trata-se de uma devoção anterior à instalação da fábrica homônima, mas que, após perder a condição de padroeira oficial da localidade no início do século XIX,

permaneceu vinculada a segmentos subalternizados da população local (LUZ, 2025). Na segunda metade do mesmo século, em uma cidade composta majoritariamente por pessoas negras, muitas delas inseridas no trabalho têxtil como escravizadas, libertas, livres, órfãs, aprendizes ou trabalhadoras submetidas a formas precárias de tutela e dependência (CARDOSO, 2017; FELÍCIO, 2018; SANTOS, 2020), o culto a Nossa Senhora do Amparo passou a ser atravessado por novas experiências sociais.

Essa leitura permite considerar que as irmandades religiosas podiam constituir “um espaço de relativa autonomia negra”, no qual seus membros construíam “identidades sociais significativas” em meio a um mundo “sufocante e sempre incerto” (REIS, 1996, p. 4). Permite também reconhecer que a festa não era apenas expressão devocional, pois podia promover a “vida lúdica” e instaurar o “estado de folia” entre seus membros e na comunidade negra em geral (REIS, 1996, p. 15). Nesse sentido, interessa compreender como esses sujeitos atribuíram sentidos próprios à devoção, articulando práticas religiosas, pertencimentos afro-diaspóricos, usos associativos da Irmandade e formas de sociabilidade negra constituídas em torno da festa.

A partir dessas questões, o texto organiza-se em dois planos de reflexão. O primeiro consiste em reconhecer as contribuições da historiografia recente que tem reposicionado Valença no interior das relações entre escravidão, tráfico ilegal, economia de abastecimento baseada na produção de gêneros agrícolas e estabelecimentos têxteis, afastando interpretações que dissociavam a experiência fabril valenciana das estruturas escravistas do século XIX. O segundo consiste em propor uma ampliação desse debate, tomando o culto a Nossa Senhora do Amparo como prática atravessada pela presença de trabalhadores negros, pela atuação da Irmandade, pela festa e pelos modos de significação produzidos em torno da devoção. Com isso, busca-se compreender a religiosidade não como dimensão exterior ao mundo do trabalho, mas como parte das formas pelas quais sujeitos subalternizados elaboraram pertencimentos, sociabilidades e experiências no contexto fabril de Valença.

Industrialização e escravidão na Valença oitocentista: considerações historiográficas

A experiência fabril de Valença no século XIX foi acompanhada pela produção de uma memória pública que associou as fábricas têxteis da cidade a imagens de progresso, pioneirismo, proteção social e modernização econômica. Essa memória não se formou de maneira espontânea,

mas foi alimentada pelas próprias fábricas e por seus agentes, que difundiram uma imagem das unidades fabris como instâncias de desenvolvimento econômico e benefício coletivo. Essa narrativa contribuiu para consolidar uma imagem de Valença como cidade de “vultos” modernos e progressista, ao mesmo tempo em que reduziu a visibilidade dos vínculos entre esse mundo fabril e as estruturas escravistas. Em diálogo com Elizabeth Jelin (2002), é possível compreender esse processo como uma forma de empreendimento de memória, no qual sujeitos institucionais atuam na produção organizada de narrativas sobre o passado, articulando suportes, linguagens e formas de circulação pública para fixar determinada leitura de sua atuação social.

O estabelecimento das fábricas Todos os Santos e Nossa Senhora do Amparo, portanto, precisa ser situado para além da narrativa que as apresentou como expressões de progresso e benefício coletivo. Esses empreendimentos não se formaram à margem do mundo da escravidão, mas no interior de uma sociedade atravessada pelo tráfico ilegal de africanos, pela circulação de capitais escravistas e por formas heterogêneas de exploração do trabalho. Desse modo, compreender Valença como cidade fabril implica interrogá-la também como espaço de continuidade, adaptação e reconfiguração das relações escravistas em meio às transformações econômicas do século XIX. Tais perspectivas evitam que os estabelecimentos fabris sejam interpretados como evidência isolada de modernidade, progresso econômico ou ruptura social. Ao contrário, permitem situá-los no interior de relações históricas mais amplas, nas quais a expansão fabril se articulou às hierarquias, dependências e formas de exploração do trabalho próprias da sociedade oitocentista.

A dissertação da historiadora Silvana Andrade dos Santos (2016) apresenta importantes contribuições para compreender a cidade de Valença inserida em circuitos escravistas antes de seu “surto de industrialização”. Ao analisar os desdobramentos da Lei Feijó, de 7 de novembro de 1831, sobre uma região historicamente produtora de gêneros de abastecimento, especialmente mandioca e farinha de mandioca, mas também arroz, milho e feijão, a autora demonstra que a proibição do tráfico transatlântico não eliminou de imediato o comércio ilegal de africanos, mas contribuiu para sua reorganização espacial. Nesse processo, o Litoral Sul da Bahia passou a adquirir importância estratégica, pois a navegação de cabotagem, os rios, os caminhos internos, as matas e as conexões com o Recôncavo ofereciam condições para o desembarque, o acobertamento e a redistribuição de africanos ilegalmente introduzidos na província. A autora observa, nesse sentido, que os traficantes possivelmente se apropriaram das rotas de comércio de

gêneros de abastecimento e da navegação de cabotagem para distribuir os cativos desembarcados no sul baiano (SANTOS, 2016, p. 18).

Já em sua tese de doutorado, Santos (2020) aprofunda essa discussão ao encaminhar a análise para a fábrica Todos os Santos e para a sociedade Lacerda e Cia, proprietária do estabelecimento em sua primeira fase. A autora demonstra que a fábrica não apenas se instalou em uma região marcada pelo tráfico ilegal e pela economia escravista, mas foi constituída a partir de trajetórias empresariais diretamente vinculadas ao comércio de escravizados. Ao analisar a formação e a diversificação das fortunas de Antônio Francisco de Lacerda, John Smith Gillmer e Antônio Pedrozo de Albuquerque, a autora sustenta que os capitais que deram origem à Todos os Santos foram acumulados no contrabando. Além disso, a autora evidencia que o empreendimento empregava mão de obra escravizada e que sua produção atendia a demandas da própria sociedade escravista, especialmente por meio da fabricação de tecidos destinados à confecção de roupas para escravizados e de sacaria utilizada no acondicionamento de gêneros produzidos pelo trabalho cativo.

Se Santos (2020) demonstra que a fábrica Todos os Santos foi constituída em estreita articulação com capitais, mercados e práticas de trabalho vinculados à escravidão, a dissertação da historiadora Nilceanne Nogueira Lima Felício (2018) amplia esse quadro ao inserir também a fábrica Nossa Senhora do Amparo na análise das relações fabris da cidade. Sua contribuição consiste não apenas em discutir a presença de trabalhadores livres, libertos, escravizados, órfãos, aprendizes, homens, mulheres e crianças no universo têxtil, mas também em examinar como essas diferentes condições sociais e jurídicas coexistiam no interior dos estabelecimentos fabris da cidade. A autora questiona ainda a retórica empresarial do trabalho livre, evidenciando que a liberdade, naquele contexto, não pode ser tomada como categoria plena ou estável. Para ela, o escravismo deu forma tanto ao trabalho livre quanto ao trabalho escravizado, de modo que as fronteiras entre essas experiências não eram rígidas e, muitas vezes, sujeitos juridicamente distintos compartilhavam o mesmo espaço de vida e condições de trabalho semelhantes. Nilceanne observa ainda que a mão de obra infantil, denominada livre na documentação, era composta majoritariamente por órfãos e órfãs oriundos das casas de abrigo da capital, cuja liberdade deve ser compreendida como relativa, em razão da menoridade, da condição de orfandade, da vulnerabilidade social e dos vínculos de tutela que os aproximavam de formas compulsórias de trabalho (FELÍCIO, 2018, p. 79).

A compreensão desse mundo social exige, contudo, que a presença negra na região de Valença não seja reduzida ao registro do trabalho, ainda que a exploração da mão de obra constitua um elemento incontornável do problema. É nesse ponto que a dissertação da historiadora Claudiana dos Santos Cardoso (2017) oferece uma contribuição importante ao analisar a escravidão em Valença a partir das experiências cotidianas dos sujeitos escravizados, de seus conflitos, negociações, laços familiares, redes de solidariedade e estratégias de autonomia relativa. A autora evidencia que a região era marcada pela predominância da produção de farinha de mandioca, pela presença de pequenos e médios proprietários e por relações de trabalho que aproximavam senhores, escravizados, libertos e livres em um cotidiano atravessado por acordos, tensões e disputas. A autora demonstra que as negociações estabelecidas no interior do sistema escravista, embora limitadas por relações paternalistas e pela violência senhorial, permitiram a alguns cativos alcançar espaços de mobilidade, pecúlio e relativa ascensão econômica e social.

A leitura conjunta dessas pesquisas permite perceber a Valença oitocentista fora da construção cristalizada endossada pela Resolução n.º 368, de 10 de novembro de 1849, que elevou a Vila de Nova Valença, antigo nome da localidade desde 1799, quando foi elevada à condição de vila, ao foro de cidade sob o título de “Industrial Cidade de Valença” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1849, s. p.), conduzindo a uma análise histórica mais aprofundada, na qual as fábricas aparecem articuladas a processos que as antecedem, as sustentam e as excedem. O que emerge dessas obras não é apenas a imagem de uma localidade marcada pelo pioneirismo fabril, mas a de uma sociedade atravessada pela produção e circulação regional de gêneros agrícolas, pelo tráfico ilegal de africanos, pela escravidão, pela circulação de capitais, pela presença de trabalhadores em diferentes condições jurídicas e por formas cotidianas de negociação, conflito e dependência.

Essa leitura permite compreender, por contraste, os limites de certas narrativas locais sobre o passado da cidade. O memorialista Edgard Otacílio da Silva Oliveira (2009), por exemplo, constrói uma síntese ampla da história da cidade, organizada por marcos políticos, efemérides, personagens, monumentos e episódios considerados relevantes para a memória pública de Valença. Não se trata, necessariamente, de atribuir ao autor a intenção deliberada de silenciar determinados processos, sobretudo porque a amplitude de seu recorte impunha limites evidentes ao aprofundamento de cada questão. Ainda assim, sua narrativa reforça uma leitura cívica do passado de Valença, na qual o século XIX aparece frequentemente associado ao progresso, ao

desenvolvimento institucional, à elevação política da cidade e à força de suas iniciativas fabris. Nesse cenário, a fábrica surge mais como sinal de superação ou contraste em relação ao trabalho escravizado do que como parte de uma sociedade efetivamente atravessada pelo escravismo. A afirmação de que, “no período em que todas as empresas utilizavam o trabalho escravo, a Fábrica Todos os Santos utilizou a mão-de-obra assalariada” e “implantou uma política pioneira de seguridade social” (OLIVEIRA, 2009, p. 78) expressa bem essa percepção, posteriormente tensionada pela historiografia recente.

Já a obra de Waldir Freitas Oliveira (1985) ocupa posição distinta nesse percurso interpretativo. Embora também esteja voltada à compreensão da experiência industrial valenciana e conserve, em alguns momentos, certa ênfase no caráter excepcional do surto fabril da cidade, o autor, ainda na década de 1980, já apontava elementos que permitiam aproximar os industriais de Valença dos circuitos escravistas do século XIX. Ao tratar dos agentes envolvidos na construção das fábricas, especialmente Antônio Pedroso de Albuquerque, Antônio Francisco de Lacerda e John Smith Gillmer, o autor mencionou relações com o tráfico negreiro e reconheceu que parte dos capitais empregados na experiência industrial procedia de atividades comerciais diversas, inclusive de operações ligadas ao comércio de africanos.

Seu trabalho, portanto, não rompe plenamente com a imagem da “Industrial Cidade de Valença” como experiência de modernização, mas abre uma inflexão importante nessa leitura ao registrar, ainda que de modo incipiente, conexões entre capital mercantil, tráfico negreiro e formação fabril. A contribuição posterior de Santos (2020) e Felício (2018) esteve em conferir maior densidade analítica a questões já indicadas por Oliveira (1985), deslocando-as para o centro do problema historiográfico. Com isso, as autoras demonstraram que a relação entre fábrica e escravidão não se limitava à trajetória de alguns empresários, mas envolvia capitais, mercados, mão de obra, produção e formas de organização social do trabalho.

A diferença entre essas leituras não se limita, portanto, à presença ou ausência de determinados dados sobre a escravidão. Ela diz respeito ao próprio modo de construir historicamente a cidade. Nas narrativas de caráter memorialístico, Valença tende a ser apresentada por meio de marcos institucionais, personagens notáveis, feitos administrativos e sinais de progresso, o que confere centralidade aos episódios capazes de compor uma memória pública positiva da localidade. Já as pesquisas mais recentes deslocam o eixo da interpretação ao recorrerem a inventários, processos criminais, correspondências administrativas, periódicos,

registros empresariais e documentação fabril para reconstituir relações menos visíveis na narrativa cívica da cidade. Com isso, a Valença oitocentista deixa de ser apreendida apenas pela sucessão de seus marcos políticos e industriais e passa a ser interrogada a partir das relações sociais que sustentaram sua formação: circulação de capitais, regimes de trabalho, conflitos cotidianos, experiências negras, dependências jurídicas e formas de negociação produzidas no interior da ordem escravista.

O que está em jogo, portanto, não é apenas a soma dessas abordagens, mas a possibilidade de compreender Valença como um espaço histórico atravessado por camadas simultâneas de circulação econômica, exploração do trabalho, presença negra, hierarquias sociais e rearranjos institucionais. A cidade fabril, nesse sentido, não substitui a cidade escravista, assim como a economia de abastecimento não desaparece diante da fábrica; essas experiências sobrepõem-se, tensionam-se e ajudam a compreender a complexidade social da Valença oitocentista.

Essas contribuições, contudo, não encerram as possibilidades de interpretação sobre Valença no século XIX, nem pretendem fazê-lo. As autoras, Santos (2016), Cardoso (2017), Felício (2018) e Santos (2020), formularam problemas específicos, definidos por recortes, objetivos, escalas de análise e fontes adequadas aos seus propósitos. Seus trabalhos oferecem bases fundamentais para compreender os problemas por elas levantados, mas permanecem vinculados às questões que orientaram suas respectivas pesquisas. Por isso, seus limites não devem ser lidos como lacunas, mas como fronteiras inerentes a qualquer investigação histórica. É justamente a partir dessas fronteiras que outras perguntas podem ser formuladas, especialmente quando se considera que o mundo social reconstruído por essas autoras também foi atravessado por práticas religiosas, devoções, irmandades, festas e formas de pertencimento que ainda demandam maior atenção historiográfica.

O culto a Nossa Senhora do Amparo em Valença: devoção, trabalho e sociabilidades negras

A partir desse quadro historiográfico, o culto a Nossa Senhora do Amparo pode ser recolocado em uma chave distinta daquela que o tomava apenas como expressão devocional. A devoção à santa antecedia a instalação da fábrica homônima e já integrava o contexto religioso de Valença antes da segunda metade do século XIX. Contudo, a fundação da Fábrica Nossa Senhora

do Amparo, em 1859, alterou as condições sociais de circulação desse culto, ao inscrevê-lo em um universo fabril marcado pela presença de trabalhadores negros, livres, libertos, escravizados, órfãos, aprendizes e sujeitos submetidos a diferentes formas de tutela e dependência. Assim, interessa examinar como a presença do culto no mundo têxtil alterou os modos pelos quais ele era vivido, organizado e significado. Trata-se de compreender como uma devoção já existente passou a ser significada em novas circunstâncias históricas, nas quais trabalho, pertencimento social, hierarquias raciais, vínculos associativos e práticas festivas redefiniam os modos pelos quais o culto a Nossa Senhora do Amparo era vivido e reconhecido no contexto fabril, entre 1859 e 1889.

Na região hoje correspondente ao território de Valença, o culto a Nossa Senhora do Amparo remonta, ao menos, à segunda metade do século XVII, no contexto da colonização portuguesa e da dominação dos diferentes povos indígenas que habitavam a região. Nesse período, a santa era invocada como Nossa Senhora do Amparo dos Navegantes, denominação posteriormente simplificada ao longo do século XIX. Até 1799, Nossa Senhora do Amparo ocupava a condição de padroeira do povoado, cuja formação esteve vinculada à exploração econômica empreendida pelos colonizadores. Com a elevação do povoado à categoria de vila, passando a denominar-se Vila de Nova Valença do Santíssimo Coração de Jesus, as elites locais promoveram a substituição do orago, instituindo o Santíssimo Coração de Jesus como patrono da recém-criada vila, em processo acompanhado pela construção de uma igreja matriz e pela criação de uma freguesia própria. A capela dedicada à Nossa Senhora do Amparo, entretanto, permaneceu em funcionamento em área considerada “subúrbio” da nova vila, mantendo-se como espaço de devoção associado, sobretudo, às camadas subalternizadas da população (LUZ, 2025).

Essa permanência em posição periférica à nova centralidade espiritual não deve ser interpretada como indicador de irrelevância religiosa. Ao contrário, permite levantar a hipótese de que a capela de Nossa Senhora do Amparo preservou circuitos devocionais próprios, não inteiramente confundidos com a oficialidade instituída em torno do Santíssimo Coração de Jesus. Nesse ponto, uma das questões que a pesquisa pretende aprofundar diz respeito à composição social das irmandades vinculadas à capela do Amparo. Considerando a presença majoritária de pessoas negras na sociedade valenciana do período, torna-se necessário investigar em que medida esses sujeitos participaram da sustentação cotidiana do culto, da organização de suas práticas religiosas e da vida associativa em torno da devoção. A hipótese que se abre, portanto, é a de que,

após a perda da condição de padroeira oficial, Nossa Senhora do Amparo permaneceu ativa em outro lugar social da vida religiosa valenciana, como referência capaz de articular vínculos, pertencimentos e formas de sociabilidade entre segmentos subalternizados da população local.

Em 1859, com a instalação da Fábrica Nossa Senhora do Amparo, a devoção à santa foi integrada ao mundo do trabalho têxtil em Valença. Pertencente à firma Madureira & Dutra, composta por Bernardino de Sena Madureira e Luiz Rodrigues Dutra Rocha Filho (OLIVEIRA, 1985), o estabelecimento foi erguido no sopé do morro da capela de Nossa Senhora do Amparo. Essa proximidade entre fábrica e capela não explica, por si só, a relação posterior entre culto e operariado, mas ajuda a compreender as condições em que uma devoção já existente passou a ser associada ao cotidiano têxtil. O que se observa, a partir da trajetória posterior do culto, é a constituição progressiva de uma vinculação entre Nossa Senhora do Amparo, o espaço fabril e os trabalhadores têxteis, marcada por intervenções patronais, práticas devocionais internas à fábrica, reorganização da festa, participação operária e reelaborações simbólicas produzidas no interior desse universo social.

A atuação de Bernardino de Sena Madureira é um elemento importante para compreender esse processo. Madureira aparece na memória local como benfeitor da capela e como agente diretamente envolvido na reorganização pública do culto. Segundo a tradição oral registrada por Carlos Henrique Ferreira dos Passos (2007) em escrito memorialístico, Bernardino é lembrado como benfeitor da capela de Nossa Senhora do Amparo, tendo promovido reparos em sua estrutura e interferido na organização de sua festividade. Segundo este, por volta da década de 1860, ele teria ofertado uma coroa de ouro à imagem de Nossa Senhora do Amparo, proclamando-a padroeira dos operários. A mesma tradição atribui a Madureira a transferência da festa, antes realizada em 15 de fevereiro, para o mês de novembro, fazendo-a coincidir com os festejos de aniversário da fábrica homônima.

O registro memorialístico deve ser tomado com cautela metodológica, pois se apoia em uma memória transmitida e reelaborada socialmente. Como observa Meihy (2005, p. 169), “os casos de tradição oral implicam o uso do que se chama de narrativas emprestadas”, isto é, relatos que retomam aspectos transmitidos por outras gerações. Nessa perspectiva, a tradição registrada por Passos interessa não apenas por aquilo que informa sobre Bernardino de Sena Madureira, mas pelo modo como a memória local produziu sentidos sobre a relação entre a fábrica, os operários e a devoção a Nossa Senhora do Amparo.

A atuação de Bernardino de Sena Madureira na capela de Nossa Senhora do Amparo também aparece registrada no relato de viagem de D. Pedro II. A presença do imperador em Valença, em janeiro de 1860, deve ser compreendida no contexto da projeção alcançada pela cidade na província e no Império, especialmente em razão das atividades têxteis então desenvolvidas e das influências políticas dos proprietários ligados à Fábrica Todos os Santos (SANTOS, 2020). Durante sua passagem pela cidade, o imperador visitou diferentes espaços considerados relevantes, entre eles a capela de Nossa Senhora do Amparo. Em seu diário, ao se referir ao templo, registrou: “Amparo. Muito bem situada. Igrejinha reparada com pintura pelo Bernardino Madureira [...]. A Igrejinha é bonita assim não fosse o teto tão baixo, foi a 1ª igreja e o vigário já aí se viu cercado pelo gentio” (Dom Pedro II, 1959, p. 189-190). As duas últimas menções de D. Pedro II indicavam tanto que a capela do Amparo foi o primeiro templo da povoação que deu origem a Valença quanto que a referência ao vigário remetia ao contexto de ocupação colonial da região, marcado pela presença indígena e pelos processos de dominação, aldeamento e cristianização desses povos.

Posteriormente, por volta de 1880, Bernardino de Sena Madureira financiou uma ampla reforma estrutural na capela do Amparo. Segundo a tradição oral, essa modificação teria sido inspirada na Igreja de Nosso Senhor do Bonfim. A intervenção ampliou a antiga capela, que passou a apresentar configuração de igreja, preservando a nave e a capela-mor da estrutura anterior, mas incorporando duas torres, duas sacristias e corredores laterais sem galerias de tribunas (BAHIA, 1988). Essa intervenção conferiu ao templo a configuração arquitetônica que, em linhas gerais, se preserva até o presente.

Essas evidências permitem compreender que a relação entre a fábrica e o culto a Nossa Senhora do Amparo não se restringiu à nomeação do estabelecimento têxtil, mas alcançou também a manutenção da devoção na própria cidade. A atuação atribuída a Bernardino de Sena Madureira indica que a fábrica participou da sustentação do culto para além de seus muros, interferindo diretamente na capela, na festividade e na memória religiosa dos devotos. Ao mesmo tempo, essa vinculação também se fazia presente no espaço interno da fábrica, onde havia um local dedicado à devoção de Nossa Senhora do Amparo. Embora as sucessivas reformas e modificações estruturais tenham alterado a configuração original desse espaço, a presença de um oratório dedicado à santa permaneceu nas instalações fabris, estando atualmente localizada na

entrada da parte mais antiga da fábrica, acompanhada da inscrição “Companhia Valença Industrial Nossa Senhora do Amparo” (LUZ, 2025, p. 259).

Paralelamente à atuação dos dirigentes da fábrica na manutenção e ressignificação do culto a Nossa Senhora do Amparo, os operários também atuaram nesse processo. Sobretudo quando a empresa deixou de assumir integralmente o custeio da Festa de Nossa Senhora do Amparo, os trabalhadores passaram a contribuir diretamente para sua realização, por meio do desconto de uma porcentagem de seus vencimentos mensais. Essa forma de financiamento revela que a festa foi incorporada ao cotidiano operário não apenas como prática religiosa, mas como compromisso inscrito nas relações de trabalho. Além disso, a presença de operários na Irmandade de Nossa Senhora do Amparo e na organização dos festejos sugere uma participação ativa desses sujeitos na manutenção do culto, na gestão de sua festa e na produção de seus sentidos (LUZ, 2025).

Nesse contexto, o próprio título da santa adquiria especial força: Nossa Senhora do Amparo podia ser reconhecida como aquela que oferecia amparo aos trabalhadores diante das dificuldades do cotidiano fabril, marcado por baixos salários, jornadas extenuantes, acidentes, adoecimentos e formas diversas de dependência.

Essa reelaboração de sentidos também se expressou na leitura operária da própria imagem da santa. Na iconografia mariana, o cetro ostentado pela imagem de Nossa Senhora do Amparo remete à realeza, à autoridade espiritual e à dignidade régia atribuída à Virgem Maria. No universo fabril valenciano, entretanto, esse elemento passou a ser reinterpretado pelos trabalhadores como um fuso, instrumento associado ao ofício têxtil. A semelhança formal entre o cetro e o fuso permitiu que a imagem da santa fosse aproximada da experiência do trabalho, deslocando parte de seu significado para o repertório do mundo do ofício dos operários têxteis (LUZ, 2025).

Essa apropriação é particularmente interessante porque mostra que os trabalhadores não apenas receberam uma devoção associada à fábrica, mas participaram da reelaboração de sua linguagem simbólica. Ao identificar no cetro um instrumento de trabalho, os operários aproximavam a santa de seu próprio ofício e inscreviam na imagem uma leitura nascida da experiência fabril. Assim, Nossa Senhora do Amparo não era apenas a padroeira nomeada por proprietários ou reconhecida pela tradição religiosa secular da localidade; era também uma presença reinterpretada pelos trabalhadores a partir de suas condições de vida, de trabalho e de pertencimento.

À luz das leituras de Reis (1996) sobre religiosidades, irmandades e festas negras no Brasil escravista, o caso de Valença permite pensar, de modo preliminar, que o culto a Nossa Senhora do Amparo pode ter constituído uma das formas pelas quais trabalhadores negros elaboraram pertencimentos, sociabilidades e leituras próprias de sua experiência no mundo fabril. A presença operária no custeio da festa, na Irmandade, na organização dos festejos e na ressignificação da imagem da santa indica como essa devoção não permaneceu apenas como tradição religiosa, nem como referência espiritual produzida pela fábrica. Ela foi também apropriada por sujeitos cuja vida social era atravessada por diversos problemas sociais do século XIX. Nesse sentido, Nossa Senhora do Amparo pode ser compreendida como uma devoção situada no campo das experiências negras, não porque se tratasse de um culto exclusivamente negro, mas porque, no contexto fabril de Valença, foi vivida, sustentada e reinterpretada por trabalhadores que encontraram nela uma linguagem religiosa para expressar proteção, pertencimento e reconhecimento social.

Essas questões permitem compreender que o culto a Nossa Senhora do Amparo em Valença não deve ser tratado como elemento secundário da história industrial da cidade. Sua trajetória revela uma devoção atravessada por intervenções patronais, participação operária, práticas festivas, vínculos associativos e reelaborações simbólicas. Nesse processo, os sentidos atribuídos à santa não podem ser reduzidos a uma oposição simples entre imposição dos dirigentes e apropriação dos trabalhadores. O que se observa, ainda em caráter preliminar, é a maleabilidade de uma devoção que circulou entre a capela, a fábrica, a festa e a Irmandade, tornando-se referência religiosa por meio da qual diferentes sujeitos interpretaram suas experiências no mundo têxtil da cidade.

Considerações finais

As discussões desenvolvidas neste trabalho buscaram situar a cidade de Valença para além da imagem engendrada de “Industrial Cidade”, sem negar a importância histórica de sua experiência fabril. O objetivo foi indicar que o mundo têxtil valenciano precisa ser compreendido em relação às estruturas sociais que o antecederam e o sustentaram: a economia de abastecimento, o tráfico ilegal de africanos, a escravidão, a circulação de capitais, as formas heterogêneas de exploração do trabalho e a presença negra na formação social da cidade. Nesse sentido, a historiografia recente sobre a cidade permite deslocar a leitura cívica e memorialística

do progresso industrial para uma interpretação mais atenta às relações sociais, aos sujeitos subalternizados e às continuidades entre escravidão, liberdade precária e trabalho fabril.

A partir desse quadro, o culto a Nossa Senhora do Amparo foi tomado como problema histórico e não apenas como expressão religiosa. Sua vinculação ao mundo fabril, sobretudo após a instalação da fábrica homônima em 1859, permite pensar como uma devoção anterior passou a adquirir novos sentidos em meio às experiências de trabalhadores negros submetidos a diferentes formas de dependência. A participação operária no custeio da festa, na Irmandade, na organização dos festejos e na ressignificação da própria imagem da santa sugere que a devoção não permaneceu circunscrita à ação patronal ou à tradição religiosa herdada, mas foi reinterpretada por sujeitos que encontraram nela uma linguagem de proteção, pertencimento e reconhecimento social.

Por seu caráter preliminar, este trabalho não pretendeu encerrar a discussão, mas abrir horizontes de investigação. Trata-se, portanto, de compreender a devoção não como tema periférico à história industrial, mas como uma entrada possível para examinar os modos pelos quais sujeitos subalternizados produziram sentidos, vínculos e formas de presença histórica em uma cidade marcada pelo “surto de industrialização”, pela escravidão e pelas desigualdades sociais do século XIX.

A hipótese aqui apresentada demanda aprofundamento, especialmente no que diz respeito à composição social das irmandades, à participação dos operários na organização da festa, às práticas devocionais internas à fábrica e às formas pelas quais a memória forjada da cidade sobre este período preservou, reelaborou ou silenciou essas experiências. Ainda assim, as questões levantadas indicam a pertinência de articular história do trabalho, história das religiosidades e história das experiências negras para compreender a cidade de Valença na segunda metade do século XIX.

Referências bibliográficas:

BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. IPAC-BA: **Inventário de Proteção do Acervo Cultural; monumentos e sítios do Litoral Sul**. 1ª edição. Salvador 1988. Volume V.

BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Digital Brasileira. **Leis e Resoluções da Assembléa Legislativa da Província da Bahia, sancionadas, e publicadas no corrente anno de 1849** (Sob números 346 a 380). Bahia: Typ. de Salvador Moutinho, 1849. Resolução nº 368, de 10 de novembro de 1849.

CARDOSO, Claudiana dos Santos. **Experiências do cativeiro: escravidão, conflitos e negociações em Valença-BA (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2017.

FELÍCIO, Nilceanne Nogueira Lima. **As fábricas têxteis do Rio Una: história sobre trabalho e indústria em Valença-Bahia (1844-1887)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria. Memorias de la represión**. Madrid: Siglo XXI de España, 2002.

LUZ, Paulo Vitor Souza da. **“Tua festa é emoção”: cultura e sociabilidade na Festa de Nossa Senhora do Amparo de Valença-BA (1960–2013)**. 2025. Dissertação (Mestrado em História: Atlântico e Diáspora Africana) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus (BA), 2025.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

OLIVEIRA, Edgard Otacílio da Silva. **Valença: dos primórdios à contemporaneidade**. 2. ed. Valença-BA: FACE, 2009.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. **A industrial cidade de Valença: um surto de industrialização na Bahia do século XIX**. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1985.

PASSOS, Carlos Henrique Ferreira dos. **Histórico da Igreja do Amparo - Salve seus 250 Anos**. Valença: exemplar digitado, 2007.

PEDRO II, Imperador do Brasil. **Diário da viagem ao norte do Brasil**. Prefácio e notas de Lourenço Luiz Lacombe. Salvador: Editora Progresso; Universidade da Bahia, 1959. 320 p. (Coleção Estudos Brasileiros, Série Marajoara, v. 24).

REIS, João José. **Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão**. Tempo, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996.

SANTOS, Silvana Andrade dos. **Escravidão, tráfico e indústria na Bahia oitocentista: a sociedade Lacerda e Cia e a fábrica têxtil Todos os Santos (c.1844-c.1878)**. 2020. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

SANTOS, Silvana Andrade dos. **Nos terrenos arenosos e no infame comércio: os desdobramentos do fim do tráfico transatlântico em Valença (Bahia, 1831-1866)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.